



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING




Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

10 de setembro de 2015

A Notícia Upiara Boschi "Fala, vereador"

Fala, vereador / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Convênio / Assembleia Legislativa / 1ª Censo Legislativo Municipal Catarinense / 295 municípios catarinenses / vereadores / Jacques Mick



PAINEL ESTADUAL
Upiara Boschi
an.com.br/blocodenotas

Fala, vereador

Os pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que conduziram, em convênio com a Assembleia Legislativa, a realização do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense tiveram dificuldades extras para conseguir fazer os vereadores dos 295 municípios catarinenses responderem ao questionário de 70 páginas – que trazia perguntas que iam desde a escolaridade até a posição política dos parlamentares. Para chegar ao percentual de 37% (1.054 vereadores), foi necessário viajar pelo Estado, após sucessivas tentativas via internet e correspondência. Não faltaram apelos da Escola do Legislativo e até da presidência da Assembleia Legislativa.

Extremos

Coordenador da pesquisa, o professor Jacques Mick revela que as maiores dificuldades foram nos dois extremos: as maiores e menores cidades. Nas principais cidades, a maior dificuldade era em relação à própria agenda dos parlamentares. Nas pequenas cidades, a falta de costume dos vereadores de responder ao amplo questionário.

Posições

Entre quem respondeu, os números trazem revelações interessantes. Os vereadores que se consideram de direita ou centro-direita somam 41,7%, enquanto os de esquerda e centro-esquerda são 21,6%. Os de centro são 32,1%. Ao contrário do que se poderia imaginar, esse quadro não resulta em ampla margem contra temas polêmicos, como a descriminalização do aborto (40,9% a favor) a lei anti-homofobia (47,4% a favor).

Vai ter pesquisa?

Quem gosta de pesquisas eleitorais deve ficar de olho nos deputados estaduais. No final do ano passado, quando os reeleitos respiravam aliviados e os derrotados encontravam justificativas e culpados, a Assembleia aprovou por unanimidade o projeto de lei do então deputado Joares Ponticelli (PP) que proibia a divulgação de pesquisas em Santa Catarina – com exceção das presidenciais. No início deste ano, o governador Raimundo Colombo (PSD) vetou a proposta, alegando inconstitucionalidade. O veto está para ser analisado pelos parlamentares – junto com outros 27.

Alfás

É engraçado que seja mais fácil acabar com a Secretaria Regional da Grande Florianópolis do que com a Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais.

Diário Catarinense
Notícias
"Vereadores sugerem poucas leis"

Vereadores sugerem poucas leis / Política / Projetos de lei / UFSC / Censo Legislativo Municipal Catarinense / Assembleia Legislativa / Câmara de Vereadores / Universidade Federal de Santa Catarina / Escola do Legislativo / Programa em Pós-Graduação em Sociologia Política / 1ª Censo Legislativo Municipal Catarinense

POLÍTICA | **PROJETOS DE LEI**

Vereadores sugerem poucas leis

CENSO LEGISLATIVO MUNICIPAL Catarinense, feito pela Assembleia Legislativa e pela UFSC, apontou que 72% das matérias analisadas pelos parlamentares de SC provêm do Executivo. Especialista relata divergência sobre o papel dos legisladores

UPIARA BOSCHI
upiara.boschi@diario.com.br

De cada 10 projetos de lei analisados nas câmaras de vereadores de Santa Catarina, não chega a três os que tiveram como origem a proposta de um parlamentar. A constatação faz parte de um estudo inédito realizado em parceria entre a Assembleia Legislativa e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que fez pesquisadores das duas instituições mergulharem em busca do perfil das câmaras – e, por tabela, de vereadores e servidores.

A análise teve origem na Escola do Legislativo, órgão ligado à Assembleia, que buscava entender melhor o seu público-alvo. A parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC fez a pesquisa ampliar sua dimensão, tornando-se o 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense. Em meio a diversos resultados – que vão da quantidade de câmaras que dispõem de gabinetes individuais à escolaridade dos vereadores –, chamaram a atenção os 71,8% de projetos de lei com origem nas prefeituras. Os vereadores das 292 câmaras que responderam ao questionário foram responsáveis por apenas 22,6% dos projetos analisados, enquanto outros 5,2% tiveram como origem proposta de iniciativa popular.

Coordenador do projeto, o professor Jacques Mick avalia que existem dois fatores para estes resultados, ambos entranhados na cultura política brasileira. Em âmbito geral, estar a reboque do Executivo não é uma exclusividade dos vereadores, aponta o pesquisador.

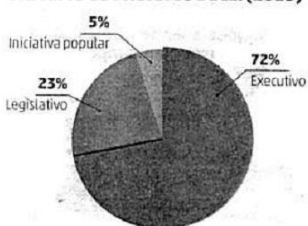
– É algo que se repete em outras esferas de governo, como a gente pode perceber em diversos momentos em que a pauta do Congresso Nacional é basicamente análise de medidas provisórias do governo federal – afirma.

Além disso, a pesquisa traz resultados que ajudam a explicar por que os legisladores municipais praticam pouco o que deveria ser seu principal ofício: legislar. Dos vereadores que responderam aos pesquisadores, apenas 22,6% avaliam que elaborar leis é o maior papel dos parlamentares – a maior parte, 51,3%, cravou que é fiscalizar o Executivo.

– É uma concepção de que o papel do parlamentar é mais de fiscalização do que de elaboração de lei. Além disso, os vereadores recebem diretamente as demandas pessoais dos eleitores. Existe uma cultura política de que o vereador é uma porta para resolver um problema pessoal junto à prefeitura – avalia Mick.

Destaques das características estruturais das câmaras de vereadores

ORIGEM DOS PROJETOS DE LEI (2013)



ESPAÇO DOS PARLAMENTARES



RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS CÂMARAS*



*1,6% das Câmaras não tem orçamento próprio e 0,4% teve autonomia financeira iniciada em 2014, ano da pesquisa, o que impediu obter o dado.

RESTITUIÇÃO DE RECURSOS



PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DISCUSSÃO DE PROJETOS** (ATUAL LEGISLATURA)



A SEDE DA CÂMARA FUNCIONA



Cursos abordarão técnica e redação de leis

Os números do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense vão ajudar a Escola do Legislativo a aprimorar os cursos que são oferecidos a vereadores e funcionários das câmaras de vereadores. Considerado inédito no país, o estudo foi iniciado em outubro de 2013 e envolveu 40 pesquisadores.

Dos 295 legislativos municipais, 292 responderam a pesquisa. Entre os servidores, a adesão foi de 54%, enquanto apenas 37% dos 2.864 parlamentares encaminharam respostas. De acordo com

o coordenador da Escola do Legislativo, Antoninho Tiburcio Gonçalves, a ideia do levantamento partiu da constatação de que havia necessidade de ampliar os cursos para capacitação nas áreas de técnica e processo legislativo e redação de leis.

– Com base no diagnóstico, vamos elaborar cursos que atendam a essas dificuldades apontadas no estudo, inclusive a distância, de curta duração, para que todas as câmaras sejam alcançadas – afirma Gonçalves.

Os primeiros cursos devem ser viabilizados em até dois meses. Também está em gestação uma pesquisa semelhante sobre os processos e os funcionários da própria Assembleia Legislativa. Neste caso, os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC atuarão apenas no apoio e análise dos resultados – um dos itens previstos no acordo entre a Assembleia e a universidade era a capacitação para que a Escola do Legislativo pudesse tocar os próximos censos.

A Notícia Notícias

“Vereadores sugerem a minoria”

Vereadores sugerem poucas leis / Política / Projetos de lei / UFSC / Censo Legislativo Municipal Catarinense / Assembleia Legislativa / Câmara de Vereadores / Universidade Federal de Santa Catarina / Escola do Legislativo / Programa em Pós-Graduação em Sociologia Política / 1ª Censo Legislativo Municipal Catarinense

POLÍTICA | PROJETOS DE LEI

Vereadores sugerem a minoria

Censo legislativo municipal de SC aponta que 72% das matérias analisadas são oriundas do Executivo

UPIARA BOSCHI

De cada 10 projetos de lei analisados nas câmaras de vereadores de Santa Catarina, não chega a três os que tiveram como origem a proposta de um parlamentar. A constatação faz parte de um estudo inédito realizado em parceria entre a Assembleia Legislativa e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que fez pesquisadores das duas instituições mergulharem em busca do perfil das câmaras – e, por tabela, de vereadores e legislativos.

A análise teve origem na Escola do Legislativo, órgão ligado à Assembleia, que buscava entender melhor o seu público-alvo. A parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC fez a pesquisa ampliar sua dimensão, tornando-se o 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense. Em meio a diversos resultados – que vão da quantidade de câmaras que dispõem de gabinetes individuais à escolaridade dos vereadores – chamaram atenção os 71,8% de projetos de lei com origem nas prefeituras. Os vereadores das 292 câmaras que responderam ao questionário foram responsáveis por apenas 22,6% dos projetos analisados, enquanto outros 5,2% tiveram como origem proposta de iniciativa popular.

Especialista relata divergência sobre o papel dos legisladores

Coordenador do projeto, o professor Jacques Mick avalia que existem dois fatores para este resultado, ambos entranhados na cultura política brasileira. Em âmbito geral, estar a reboque do Executivo não é uma exclusividade dos vereadores, aponta o pesquisador.

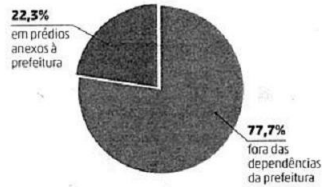
– É algo que se repete em outras esferas de governo, como a gente pode perceber em diversos momentos em que a pauta do Congresso Nacional é basicamente análise de medidas provisórias do governo federal – afirma.

Além disso, a pesquisa traz resultados que ajudam a explicar porque os legisladores municipais praticam pouco o que deveria ser seu principal ofício: legislar. Dos vereadores que responderam aos pesquisadores, apenas 22,6% avaliam que elaborar leis é o maior papel dos parlamentares – a maior parte, 51,3%, cravou que é fiscalizar o Executivo.

– É uma concepção de que o papel do parlamentar é mais de fiscalização do que de elaboração de lei. Além disso, os vereadores recebem diretamente as demandas pessoais dos eleitores. Existe uma cultura política de que o vereador é uma porta para resolver um problema pessoal junto à prefeitura – avalia Mick.

Destaques das características estruturais das câmaras de vereadores

A SEDE DA CÂMARA FUNCIONA

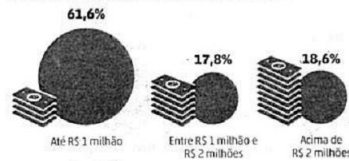


ESPAÇO DESTINADO AOS VEREADORES NAS CÂMARAS



* 2.357 parlamentares municipais dividem os espaços para atividades cotidianas, entre elas atendimento à população.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA DAS CÂMARAS*



* 1,6% das Câmaras não têm orçamento próprio e 0,4% tiveram autonomia financeira iniciada em 2014, ano da pesquisa, o que impediu obter o dado.

RESTITUIÇÃO DE RECURSOS



* 61,5% das Câmaras devolveram até R\$ 100 mil. ** 54 Câmaras

PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DISCUSSÃO DE PROJETOS* (ATUAL LEGISLATURA)



* Múltipla escolha

ORIGEM DOS PROJETOS DE LEI (2015)



Cursos abordarão técnica e redação de leis

Os números do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense vão ajudar a Escola do Legislativo a aprimorar os cursos que são oferecidos a vereadores e funcionários das Câmaras de Vereadores. Considerado inédito no país, o estudo foi iniciado em outubro de 2013 e envolveu 40 pesquisadores.

Dos 295 legislativos municipais, 292 responderam. Entre os servidores, a adesão foi de 54%, enquanto apenas 37% dos parlamentares encaminharam respostas. De acordo com o coordenador da Escola

do Legislativo, Antoninho Tiburcio Gonçalves, a ideia do levantamento partiu da constatação de que havia necessidade de ampliar os cursos para capacitações nas áreas de técnica e processo legislativo e redação de leis.

– Com base no diagnóstico, vamos elaborar cursos que atendam essa dificuldade apontada no estudo, inclusive a distância, de curta duração, para que todas as câmaras sejam alcançadas – afirma Gonçalves.

A ideia é de que os primeiros cur-

sos sejam viabilizados em até dois meses. Também está em gestação uma pesquisa semelhante sobre os processos e os funcionários da própria Assembleia Legislativa. Neste caso, os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC atuarão apenas no apoio e análise dos resultados – um dos itens previstos no acordo entre a Assembleia e a universidade era a capacitação para que a Escola do Legislativo pudesse tocar os próximos censos.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UFSC alerta para golpe envolvendo nome de professor, vestibulares e concursos](#)

[Greve na UFSC completa 106 dias; veja a situação das federais paralisadas](#)

[UFSC alerta para tentativa de golpe por e-mail](#)

[UFSC alerta para tentativa de golpe com nome da instituição](#)